

HABEAS CORPUS Nº 480.579 - SC (2018/0312364-9)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : HERCULES DE JESUS GEMINIANO LEMES (PRESO)

DECISÃO

HERCULES DE JESUS GEMINIANO LEMES alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Revisão Criminal n. 4000362-61.2018.8.24.0000).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, **em decisão já transitada em julgado**, à pena de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A defesa aduz, em síntese, não haver provas acerca da materialidade do delito, porque não foi realizado o laudo toxicológico definitivo, diante da ausência de apreensão de droga, motivo pelo qual requer a absolvição do réu.

A liminar foi indeferida e, depois de as informações terem sido prestadas, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da impetração.

Decido.

É importante salientar que a condenação do acusado, após o trânsito em julgado, já foi submetida à nova avaliação pela Corte estadual, ocasião em que não se identificou nenhuma das hipóteses que poderiam autorizar a revisão do que decidido pelas instâncias ordinárias: a) sentença

condenatória contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos; b) sentença condenatória fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos; c) descoberta, após a sentença, de novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena (art. 621 do Código de Processo Penal).

Ademais, a Corte de origem, por ocasião do julgamento da **revisão criminal**, salientou que "o conjunto probatório evidencia a prática da narcotraficância pelo ora revisionando" (fl. 63).

Na sequência, ponderou que, "embora tenha entendimentos contrários, ainda persistem decisões na mesma direção no colendo Tribunal da Cidadania, considerando ser "[...] prescindível, quando não há apreensão da droga, a elaboração de laudo de constatação para comprovar a materialidade do delito de tráfico de entorpecentes, admitindo-se a deflagração da ação penal e eventual condenação com base em outras provas, como a testemunhal (ut, RHC 38.590/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 29/10/2013)" (AgRg no AREsp 963.347/RO, Rel. Min.o Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 14/11/2017, DJe 24/11/2017)" (fl. 64).

Diante de tais considerações, concluiu: "não há que se falar em absolvição, pois, ainda que não apreendido o entorpecente em poder do revisionando, **a materialidade do delito, conforme consignado na sentença (fls. 8-18), está devidamente comprovada nos autos pelas palavras dos usuários e dos policiais responsáveis pela investigação, bem como pelo conjunto probatório das interceptações telefônicas.** Frisa-se, ademais, que o requerente iria revender as drogas apreendidas em poder de Anderson Babicz e Patrícia Gonçalves da Silva Babicz, denunciados nos autos n. 0000186-38.2017.8.24.0081" (fl. 65).

Portanto, uma vez que, tanto por ocasião da sentença condenatória quanto no julgamento da apelação, houve uma análise minudente e profunda dos elementos probatórios colacionados aos autos, em que se demonstraram os motivos pelos quais a condenação do acusado seria **substancialmente justa e harmônica** com as provas produzidas, não há razões para o processamento deste *writ*, em que se discute, novamente, matéria que já foi verticalmente analisada, inclusive já submetida à revisão criminal.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do

Superior Tribunal de Justiça

RISTJ, não conheço do habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**